

Boletim de Pastoral Litúrgica

SECRETARIADO NACIONAL DE LITURGIA

47

JULHO – SETEMBRO
1987

BOLETIM DE PASTORAL LITÚRGICA

Publicação trimestral do Secretariado Nacional de Liturgia

Propriedade da Conferência Episcopal Portuguesa

Director: ANIBAL RAMOS

Redactor: JOSÉ FERREIRA

Administração: Boletim de Pastoral Litúrgica

Seminário de Aveiro — 3800 Aveiro

Telef.: 034 - 22172

Condições de assinatura anual:

	Via normal	Via aérea
Portugal e Países de língua portuguesa	550\$00	925\$00
Outros países estrangeiros	700\$00	1 020\$00
Este número	150\$00	

47

JULHO — SETEMBRO 1987

ANO XII

Apresentação

Devoção dos Santos

Os Salmos na Liturgia do

Povo de Deus

A propósito do antigo caminho

de Peregrinação Português

I Encontro Nacional dos Professores
de Liturgia

Encontro ampliado de Liturgia
no Brasil

A Religiosidade Popular nos documentos
do Magistério

Jean Evenou

Fr. Pedro Ferreira, OCD

*Manuel Núñez Rodríguez
e José António Falcão*

Sai este número do Boletim embalado pela vivência e ressonância do XIII Encontro Nacional de Pastoral Litúrgica que teve por temática «A Religiosidade Popular e a Celebração da Fé» e contou com a presença de mais de mil e quinhentos participantes.

Compreender-se-á, assim, o estudo de Jean Evenou sobre a Devção aos Santos, na continuação e conclusão do artigo sobre Liturgia e Devoções publicado no número anterior.

Orientados para a mesma temática vêm no fim alguns documentos do Magistério — porventura dos mais oportunos e fundamentais.

Uma primeira parte dum estudo sobre os Salmos, da autoria de Fr. Pedro Ferreira, OCD, leva a uma reflexão sobre o Saltério e o seu lugar na Liturgia.

A continuação do artigo sobre o caminho português da peregrinação a Santiago de Compostela prepara os leitores para a influência profunda que tal peregrinação teve na arte religiosa da Europa em geral e do nosso País em particular.

A uma referência sucinta sobre o I Encontro Nacional dos Professores de Liturgia segue-se uma informação completa sobre os trabalhos do Encontro ampliado de Liturgia no Brasil, em que esteve representada a nossa Comissão Episcopal de Liturgia. Este Encontro realizou-se nos arredores de São Paulo, em Julho passado, e teve a colaboração das pessoas mais competentes e

empenhadas da Igreja no Brasil. Foi um trabalho de grupo efectuado com muita liberdade e determinação. Deus permita que o projecto ambicioso resultante deste Encontro venha a ter o maior êxito quer para a celebração dos 25 anos da reforma conciliar no Brasil quer para a vivência de uma Liturgia cada vez mais dinâmica e adaptada à cultura do povo brasileiro.



Quando preparávamos este número do Boletim e já tínhamos o original necessário, fomos surpreendidos pela notícia do falecimento do Cônego José da Costa Oliveira Falcão, embora ooubéssemos a braços com a debilidade e a doença havia já algum tempo.

Antes de lhe dedicarmos a homenagem que merece pela sua insana, dedicada e competente colaboração na elaboração dos textos litúrgicos na nossa língua após a reforma do 2.º Concílio do Vaticano, não queremos deixar de evocar o seu testemunho de sacerdote virtuoso, culto e exemplar, e de reconhecer com a maior gratidão o seu esforço metódico, exigente e sacrificado na preparação dos textos portugueses que hoje utilizamos na celebração da Missa, dos Sacramentos e da Liturgia das Horas.

Pedimos ao Senhor que o recompense de tantos trabalhos, lhe dê a Sua paz e o faça participar na celebração da Liturgia celeste.

Devoção aos Santos²⁶

AS PEREGRINAÇÕES

Fátima, Compostela, Montserrat, Lourdes, Roma, Loreto, Assis, Pádua, Velehrad, Czestochowa, Lisieux, Beauraing...

Poderíamos continuar a enumeração dos grandes lugares de peregrinação que atraem as multidões hoje e são bem conhecidos das agências de viagem. Mas estes grandes nomes não nos devem fazer esquecer a multidão de outros, mais humildes, de projecção regional ou simplesmente local, onde o povo cristão gosta de se encontrar, cruz e bandeira alçadas, em datas estabelecidas pelo calendário ou pelo costume.

Não se pode ignorar nem tratar com indiferença ou desprezo estas manifestações de piedade, que permanecem vivas no povo cristão e nas quais se exprime a sua devoção aos Santos.

Em termos cristãos, não há um lugar sagrado em si mesmo, mas lugares que se tornaram termo de peregrinação porque neles se manifestou, de modo particular, a presença de Deus ou dum Santo.

A peregrinação mais antiga de todas e que continua a ser a peregrinação por excelência é a dos Lugares Santos, a terra onde Jesus viveu e onde se descobre melhor a proximidade de Deus que se fez homem, a peregrinação cujo termo está no próprio coração da fé cristã, o túmulo vazio de Cristo ressuscitado.

Depois do Santo Sepulcro, o culto dos corpos santos forma a categoria mais numerosa, sem dúvida, dos lugares de peregrinação: os túmulos dos mártires e depois dos outros santos tor-

²⁶ Esta parte do artigo continua e conclui o artigo LITURGIA E DEVOÇÕES publicado no número anterior e é retomada, em parte, de *L'Eglise en prière* (A. Martinot, ed.) nova edição, Desclée, III, 1984, cap. X, pp. 270-272 e 277-281.

naram-se, para os peregrinos, lugares de graça e sinais de imortalidade. Roma podia mostrar os troféus gloriosos dos Apóstolos Pedro e Paulo, e a viagem *ad limina Apostolorum* atraiu as multidões do mundo inteiro. A estrada de Santiago, semeada de pou-sadas monásticas e hospitaleiras, levava ao túmulo suposto dum outro Apóstolo, em Compostela. Citando só no Ocidente, o culto de S. Miguel Arcanjo em Monte-Tombe e Monte Gargano, e o de Santa Maria Madalena em Vézelay atraíram o fluxo dos peregrinos, substituídos nos tempos modernos por Santos mais recentes: S. Francisco e Santa Clara de Assis, Santa Teresa de Lisieux, Santo António de Lisboa e Pádua.

As relíquias-reais, supostas ou simplesmente representativas — estão na origem de peregrinações ou vieram depois a enrique-cê-las ou a justificá-las. A imagem santa (icone ou estátua), por seu lado, serviu de apoio particularmente aos lugares de peregrina-ção contagrados à Virgem Maria, quer a imagem tenha sido objecto duma descoberta miraculosa (Virgens negras medievais, virgens «imaginadas» geralmente modernas) ou duma especial devoção (Senhora da Piedade) ou ainda que recorde uma aparição (Lourdes, Fátima).

Se as peregrinações à Terra Santa e a Roma continuam a ser sempre muito frequentadas, os outros lugares estão sujeitos a períodos de grande devoção e depois de abandono na mentali-dade colectiva: há mais de um século, Lourdes polariza os peregrinos, como outrora o túmulo de S. Martinho em Tours. Mantém-se o vaga dos peregrinos, mas pode mudar de direcção.

Cada um dos lugares de peregrinação cria formas de expres-são e de participação adaptadas ao local, à época e aos peregrí-nos. Venha só ou em grupo, o peregrino é agarrado nas celebra-ções rituais e pelas exigências de prática sacramental que depen-dem da Igreja, mas que se conformam com os gestos tradicionais de piedade, individuais ou colectivos. No fim da caminhada, para chegar ao lugar da peregrinação, é preciso ainda caminhar, mas de maneira ordenada e solene: a procissão coroa o deslocamento, oriando assim um espaço sagrado efémero que liga frequente-mente os diversos lugares do santuário. Outros gestos são impos-tos por si próprios ao peregrino, como expressão do encontro procurado no lugar santo: colocar a mão ou os lábios no túmulo, relicário, imagem ou rocha da aparição; beber água da fonte sa-grada ou mesmo banhar-se nela; depositar uma oferta que marca

o desprendimento de si; deixar um sinal da sua presença (vela, ex-voto, **graffiti**) ou, pelo contrário, trazer consigo uma recordação do lugar santo — são traços comuns a todos os santuários, cristãos ou não. A Igreja nunca os recusou, porque primeiramente são humanos, contanto que eles permitam o acesso do peregrino à procura essencial: a conversão do coração e a abertura a Deus.

A história da liturgia e a pastoral actual não podem ignorar a importância das peregrinações, tanto no presente como no passado, para as mudanças litúrgicas duma região para a outra, e a influência de certos lugares de peregrinação na difusão dos ritos, dos livros, dos cânticos, e na irradiação das obras de arte.

Por causa da afluência dos peregrinos, os lugares de peregrinação devem celebrar a liturgia com mais perfeição e beleza: a natureza de alguns deles exige que a oração da Igreja, a Missa e a Liturgia das Horas, ao menos em parte, neles seja quotidiana e exemplar.

Os fiéis devem encontrar neles o clima necessário a um encontro profundo com o Senhor, descobrir uma manifestação da catholicidade da Igreja, iniciar-se numa participação mais activa e inteligente da liturgia.

O CULTO DOS SANTOS

No quadro da piedade popular, o culto dos Santos tem um significado particular. Os Santos são venerados tanto — senão mais — pelas suas qualidades de fazedores de milagres como pelo testemunho de vida cristã que eles deram. Procuramos o seu patrocínio, em que se introduz uma familiaridade de clientela, para um país, uma paróquia, uma confraria, um corpo profissional, até mesmo para os animais domésticos. Os Santos mais importantes aos olhos da Igreja não têm a mesma popularidade entre os fiéis: Santo António de Lisboa e Pádua é mais conhecido e invocado que um Apóstolo São Judas ou Simão. Os Santos protectores e os Santos milagreiros são os mais procurados. A festa local dum Santo é ocasião de celebrações litúrgicas que se prolongam em festejos para além da igreja: missa e arraial estão ligados.²⁷ Reli-

²⁷ Desde há muito tempo: numa carta (V, 17) a Eripius, Sidónio Apolinário († 489) fez uma reportagem muito viva da festa religiosa e popular de S. Justo em Lião (PL 58, 547-548).

quias, imagens e estátuas podem tomar um lugar desproporcionado na devoção, e o culto dos santos adoptar práticas pouco ortodoxas, onde sobrevivem os velhos ritos pré-cristãos ligados às fontes, às árvores e ao fogo. Neste domínio, a vigilância da Igreja não teve sempre um sucesso durável, como já observava Santo Agostinho: «Uma coisa é o que nós ensinamos, outra o que somos obrigados a tolerar».²⁸

É assim que a memória colectiva garante a permanência, ao longo dos séculos, de costumes rituais locais, desconhecidos dos livros litúrgicos e por vezes desaprovados sem êxito pelo clero: as «exposições» solenes das relíquias dos santos, de sete em sete anos, no Limousin; a grande «troménie» de Locronan na Bretanha, de seis em seis anos;²⁹ a procissão dançante em Echternach no Luxemburgo, na terça-feira do Pentecostes, em honra de S. Willibrord; a peregrinação penitencial ou «Purgatório de S. Patrício» em Lough Derg, na Irlanda. Cada região poderia dar, assim, o seu testemunho.

DA DEVOÇÃO À LITURGIA

Nos países de antiga tradição cristã como são os países da Europa, muitos costumes populares nasceram das festas da Igreja e continuam a estar-lhes ligados, com numerosas variações ou acentos diferentes conforme as religiões: pensemos na coroa do Advento, no ceppo do Natal, nas prendas dos Reis, nas panquecas da Candelária, nos ovos da Páscoa, nas cruzes de Maio... São costumes veneráveis, que se não deve procurar desenraizar mas que é preciso antes esforçarmo-nos por tornar a ligar às suas origens, quando tiverem tendência para se afastarem.

A necessidade de tornar visível o conteúdo das festas litúrgicas encontrou muitas maneiras de se exprimir: ao redor do Natal, é o presépio nas igrejas e nas casas, o cortejo dos pastores, a deposição do Menino Jesus no presépio pelo celebrante na noite de Natal; por ocasião da Paixão, são as procissões dos Ramos —

²⁸ *Contra Faustum* 20, 21. CSEL 25, 563; PL 42, 385; texto retomado na *Liturgia das Horas* no dia 11 de Dezembro.

²⁹ Procissão através do campo e do monte, num percurso imutável de 14 quilómetros, durante oito dias: D. LAURENT, *La Troménie*, em M. DI-LASSER (ed.), *Locroman et sa région*, Paris, 1979, pp. 194-223.

litúrgicas essas — e, em muitas regiões, a procissão da Cruz nas ruas em Sexta-feira Santa, ou a deposição de Cristo no túmulo. Frequentemente, tais costumes, na sua sobriedade, integram-se muito bem no espírito da liturgia. Entretanto, por vezes, pode tornar-se preponderante a busca do espectacular, como nas procissões da Semana Santa em Sevilha, cuja ligação à liturgia se torna bastante frouxa.

Nos ofícios litúrgicos celebrados pelo clero, nos Livros de Horas e ofícios adaptados aos leigos, sucederam-se ou sobrepujaram-se outras devoções, não litúrgicas, mas mais apreciadas pelo povo, em particular a bênção do Santíssimo Sacramento, que se desenvolve a partir do século XVII como um complemento cada vez mais normal das vésperas dominicais e até mesmo como um ofício autónomo. Os cânticos em língua vernácula tinham lugar na missa rezada, sobrepondo-se aos textos do missal.

Mas não é ilusório o risco de asfixia da liturgia pela devoção: outrora, a primeira sexta-feira do mês determinava um ritmo mensal de piedade independente do ano litúrgico, o mês de S. José fazia concorrência à quaresma, o tempo pascal desaparecia perante o mês de Maria e com frequência o domingo era encoberto pela festa dum Santo. Não se encontra ainda hoje a mesma tendência quando vemos multiplicarem-se, aos domingos, as «jornadas» consagradas a uma intenção, um movimento, um aniversário?

Por vezes a devoção popular faz inflectir lamentavelmente a festa litúrgica: quando o domingo de Ramos ganha mais importância que a Páscoa, quando a festa de Todos os Santos é absorvida pela memória dos fiéis defuntos. Por vezes ainda a Igreja teve de proibir devoções novas, que ela julgava inúteis ou perigosas para a fé do povo cristão,³⁰ ou de prevenir os fiéis contra a procura do sensacional, do maravilhoso, das revelações ou a corrida às aparições. Reconhecendo o fundamento das devoções e exercícios de piedade, a Constituição conciliar sobre a Liturgia conserva-os no seu justo lugar: não devem substituir a liturgia mas «harmonizar-se com ela, inspirar-se nela e a ela, por sua própria natureza muito superior, conduzir o povo.»³¹

O Santo Padre lembrava recentemente aos bispos dos Abruzzos

³⁰ Cf. A. DE BANHOMME, *Dévotions prohibées*, no *Dict. de Spiritualité*, t. 3, 1957, col. 778-795.

³¹ *Sacrosanctum Concilium* n. 13.

a orientação a seguir neste domínio, que foi a mesma que S. Gregório deu a S. Agostinho de Cantuária («não destruir mas purificar e consagrar a Deus os templos pagãos e os costumes religiosos dos povos»³²) e cujo equilíbrio ponderado permanece viável no nosso no nosso tempo:

«É nossa tarefa de Pastores vigiar para que estes actos de devoção sejam rectificadados, no caso de ser necessário, e para que, de qualquer modo, não venham a degenerar numa piedade falsa, em superstição ou em prática mágica. Assim, a devoção aos Santos que se exprime nas festas dos Padroeiros, nas procissões e em muitas outras formas de piedade, não deve reduzir-se unicamente à busca de uma protecção para os bens materiais ou para a saúde corporal, mas os Santos devem ser apresentados aos fiéis antes de tudo como modelos de vida e de imitação de Cristo, como caminho seguro para chegar a Ele.

O melhor remédio contra desvios sempre possíveis é permear estas manifestações de piedade popular com a palavra do Evangelho, levando aqueles que vivem estas formas de religiosidade popular, de um movimento de fé inicial e algumas vezes balbuciante, a um acto de fé cristã autêntica.

A evangelização da piedade popular libertá-la-á progressivamente dos seus defeitos; purificando-a, consolidá-la-á, fazendo com que o que é ambíguo adquira uma fisionomia mais clara nos conteúdos da fé, esperança e caridade. Não se deverá, de modo algum, depreciar o valor desta palavra de catequese. O povo está geralmente desnutrido no que se refere à doutrina cristã: é preciso dar-lhe a Palavra de modo especial nestas ocasiões, em que estão presentes também aqueles que por costume nunca ou quase nunca participam na vida da Igreja.

Como se vê, uma autêntica pastoral litúrgica nunca poderá descuidar as riquezas da piedade popular, os valores próprios da cultura de um povo, para que tais riquezas sejam iluminadas, purificadas e introduzidas na Liturgia como oferta dos povos.³³

JEAN EVENOU

³² Cf. *Regesta Pontificum*, n. 1448.

³³ *L'Osservatore Romano* (ed. franc.), 13 de Maio de 1986, p. 9; texto original em *Notitiae* 239 (1986), pp. 379-380.

Os Salmos na Liturgia do Povo de Deus

INTRODUÇÃO

Os Salmos ocupam na Sagrada Escritura o lugar que a Liturgia ocupa na vida da Igreja. Por sua vez os Salmos são para a Liturgia o que a Sagrada Escritura é para a Igreja.

A Liturgia é essencialmente diálogo e comunhão de vida entre Deus e os homens. Os Salmos cantam, celebram e alimentam esse diálogo em que Jesus Cristo é mediador. O Espírito Santo, habitando no coração dos seus fiéis, faz suscitar e alimenta este diálogo a Trés, tocando ao homem o lugar de Cristo.

O mistério da Encarnação é o alicerce e fundamento da oração cristã dos Salmos. Sem a Encarnação, os Salmos não passariam de poemas religiosos do passado de um povo. Cristo é a chave da interpretação cristã dos Salmos. Por Ele temos acesso ao mistério de Deus Criador e Redentor. Cristo é o Alfa e o Ômega, a primeira e a última Palavra criadora e redentora de Deus, mas Cristo também é a primeira e última Palavra do homem a Deus (cfr. Jo 14, 6; 15, 5-7). Só em Cristo é possível o acesso do homem a Deus, segundo os desígnios de Deus que constituíram a Cristo o lugar de encontro de Deus com os homens. O Criador e o Redentor, Deus e Homem, o eterno e o temporal, encontram-se na pessoa de Cristo, que nos revela na sua oração os sentimentos mais profundos do coração de Deus e dos homens. O Espírito Santo ocupa em todo este processo o lugar que lhe compete como Espírito de Deus. Assim, é atribuída ao Espírito Santo a revelação e a inspiração, a encarnação e a ressurreição. Os Salmos são produto do Espírito criador e revelador de Deus, como o são de igual modo a encarnação e a própria Igreja. A criação, a revelação, a encarnação e a Igreja fazem parte do mesmo plano nos desígnios

salvíficos de Deus, e como tal os devemos considerar. Nesta ordem de ideias, a criação não é fruto do acaso, mas obra de Deus, ora aperfeiçoada, ora desfigurada pelo homem, e a revelação não é fruto da actividade imaginativa e criativa do homem, mas obra de Deus que inspira os autores sagrados. De igual modo a encarnação, a Igreja e a liturgia são expressão da revelação e salvação oferecidas por Deus ao homem. As leis que regem a liturgia são as mesmas da criação, revelação, encarnação e Igreja. Essas leis resumem-se ao diálogo salvífico, cuja iniciativa pertence sempre a Deus. Os Salmos são expressão qualificada desse diálogo salvífico, e como tal são usados na liturgia da Igreja.

O uso dos Salmos na Igreja não é só fruto de sucessivas reformas que a história regista, nem é só produto da vontade do homem que desde sempre interveio na organização das acções litúrgicas. O Espírito Santo, Autor dos Salmos, interveio na inspiração e continua a intervir no exercício do seu ministério: «o Espírito Santo que inspirou os salmistas a cantá-los, não deixa nunca de assistir com a sua graça aqueles que, animados de fé e boa vontade, salmodiam estes sagrados hinos» (IGLH 102).

O importante no uso dos Salmos na liturgia do povo de Deus, creio que se encontra na motivação de Israel e da Igreja ao assumirem estes textos para uma grande parte da sua oração. Todos os Salmos foram usados em todas as épocas, desde a formação do saltério até aos nossos dias. Rezam-nos os judeus antes e depois de Cristo e reza-os a Igreja a exemplo de Cristo.

Os Salmos são importantes para a Liturgia? Será possível uma liturgia sem Salmos? A resposta não é fácil se queremos ser honestos. Não é por acaso que os Salmos fazem parte de todos os livros litúrgicos. Eles fazem parte da liturgia da palavra que ao encarnar se torna sacramento — sinal revelador da palavra criadora. A liturgia da palavra perpetua o mistério da encarnação nas fases de anúncio e realização: o Verbo Se fez carne e habitou entre nós. Os Salmos não são mero adorno, um elemento lírico a amenizar a sequência de leituras, ou simplesmente mais um texto a enriquecer a mesa da palavra. Os Salmos são a necessária palavra acolhedora, suplicante e aclamativa do homem. E aqui não de qualquer homem, mas do homem que Cristo assume na sua totalidade para o apresentar diante de Deus, afim de acolher, suplicar e aclamar a salvação que Deus oferece ao homem com insistência, súplica e perseverança.

Os Salmos são mesmo necessários à liturgia, que sem eles seria mutilada, imperfeita e parcial, revelando apenas uma parte do mistério celebrado no culto cristão. O destinatário e a actividade que lhe é indicada nas leituras encontram-se descritos nos Salmos. Nos Salmos coincidem a luz de Deus no coração do homem e a fotografia do homem ao coração de Deus. Por isso, os Salmos são poesia, textos para serem cantados e acompanhados com instrumentos musicais. A musicalidade poética, vocal e instrumental dos Salmos tem a capacidade de fazer vibrar em uníssono os corações de Deus e do homem, de modo a ser difícil distinguir nos Salmos a voz de Deus e do homem, porque Cristo assume na sua pessoa, fazendo o uníssono da oração. Cristo, enquanto Deus e Homem, é o cantor dos Salmos. N'Ele devemos reconhecer a nossa voz, como o Pai reconhece em nós a voz do Seu Filho. Toda esta sinfonia terrena e celeste, em forma de diálogo divino e humano, é expressa numa linguagem por vezes contestada pela ciência, teologia, exegese e outras letras do saber humano. A sabedoria de Deus é profundamente examinada pela ignorância dos homens. Seremos sábios se considerarmos e aceitarmos a débil e provisória linguagem dos Salmos como expressão concreta da ténue e transitória situação humana que os Salmos deixam transparecer.

Os Salmos são contemporâneos dos outros escritos do Antigo Testamento. O conteúdo destes foi assumido pelo Saltério em forma de oração. Entre o saltério e os restantes livros da Escritura existe, pois, uma grande relação que a liturgia conservou no uso dos salmos. A recente reforma litúrgica serviu-se de todas as experiências do passado à luz dos modernos conhecimentos da ciência bíblica, litúrgica e patristica. Assim como a Escritura chegou até nós através dos livros litúrgicos, assim também os Salmos. O essencial da Escritura para o povo da antiga Aliança eram os cinco livros da Lei, aos quais correspondiam os cinco livros dos Salmos. O conteúdo dos Salmos é o mesmo da Lei: a salvação contida na Aliança. Com a encarnação a salvação e a Aliança são o próprio Cristo, o verdadeiro cantor dos Salmos, e com a descida do Espírito Santo a Igreja é constituída em Corpo de Cristo ressuscitado e animado pelo Espírito de Deus. A história de Israel, de Cristo e da Igreja são três momentos da mesma história da salvação nas fases de anúncio, realização e plenitude. Os Salmos fazem a síntese dos três momentos de modo que a sua linguagem

tem um significado bíblico (no sentido judaico do Antigo Testamento), cristão (no sentido do Novo Testamento) e eclesial (no sentido da Igreja). O uso dos Salmos na liturgia tem também isto em conta, de modo que em cada Salmo devamos reconhecer as três idades e os sentimentos próprios de Israel, de Cristo e da Igreja.

1 — OS SALMOS NA LITURGIA HEBRAICA

Os Salmos eram para Israel a resposta do povo às intervenções de Javé na sua história: êxodo, tempo de deserto, dom da terra, eleição de David e Sião, com outros acontecimentos que os precederam e seguiram. Estas intervenções salvíficas de Deus no passado, actualizam-se no tempo, mediante e durante a liturgia. A história de Israel é a história das intervenções de Deus na vida daquele povo. A palavra é o meio normal e habitual de Deus intervir, e a oração é o correspondente meio normal e habitual do homem entrar em diálogo com Deus. A oração dos Salmos tem a característica de ser a resposta certa à palavra de Deus, porque foi por Ele inspirada à medida que ia revelando e inspirando os outros textos da Escritura, aos quais os Salmos estão relacionados. Os Salmos nascem do desejo de estar em comunhão. Deus cria esse desejo, interpelando o homem através da história, da lei e dos profetas, e proporcionando-lhe uma forma de diálogo salvífico. A recolha destes textos realizou-se em moldes e com objectivos culturais e deu origem à lei, aos profetas e aos Salmos.

1.1 — A formação do Saltério e a vida litúrgica de Israel

A vida cultural em Israel conheceu três fases de evolução. Cada salmo tem a sua origem na liturgia do tempo que o viu nascer.

1.1.1 — Da monarquia à reforma de Josias

Neste tempo, a salvação é percebida como acção do chefe que protege a sua comunidade. Os membros desta comunidade recorrem ao Templo para obter a intervenção salvadora de Deus. Os Salmos desta época, pertencentes às colecções davidicas e levíticas, obedecem a um esquema simples: exposição da situação, manifestação da salvação e expressão da consciência que se tem da salvação. O esquema destes Salmos mais parece um drama litúrgico do que uma oração, pois aparecem personagens, inter-

venções de Deus e um lugar de acção. Esta liturgia apresenta um orante, indivíduo ou colectividade, que se encontra só entre os seus inimigos e Deus. Surge depois a intervenção divina em favor do que O invoca, como se ninguém mais existisse. O lugar da salvação é o santuário celeste, através da mediação do Templo de Jerusalém, que é uma réplica terrestre do santuário celeste.

Pertencem a esta fase do culto, caracterizado pelo dramatismo litúrgico da salvação, os três primeiros livros do Saltério (Salmos 1-89), destinados a uma comunidade ou a um indivíduo presentes no Templo.

1.1.2 — A reforma deuteronomica (de Josias ao exílio)

A reflexão profética e a situação materializada do culto levaram à consciência de que a salvação depende da conversão a Deus (cfr. Jer 31, 31o Ez 16, 58; 17, 15). A salvação não provém directamente do culto, como até então se concebia, mas, da fidelidade à Aliança. A salvação é apresentada como uma história da salvação, simbolizada em Jerusalém e seu Templo. Cada israelita e cada geração ocupavam um lugar importante nesta história da salvação. Por este motivo os fiéis devem subir a Jerusalém para receber as bênçãos de Deus e salvar o Templo, que é a personificação da salvação do povo: salvo o Templo, salvo estava o povo. Fazem parte desta fase do culto, a colecção dos Salmos, ou das subidas (Salmos 119-133), que parecem pertencer ao tempo da reforma de Josias.

1.1.3 — A liturgia do segundo Templo (após o regresso do exílio)

A experiência do exílio marcou a vida litúrgica do segundo Templo. A salvação não se encontra tanto na história, mas numa intervenção de Deus nos últimos tempos. As promessas do passado serão cumpridas no futuro. O beneficiário da salvação continua a ser Israel, mas agora sem fronteiras, disperso pelas nações. A liturgia não visa a comunicação-realização da salvação, mas a união e fortalecimento dos fiéis, reavivando neles a esperança da salvação. A liturgia e a escatologia possuem elementos comuns. Mais do que recordar e actualizar o passado, o culto volta-se para a evocação e actualização do futuro. A esperança dos últimos tempos, mais do que sinal dum passado rico de graças, passa a ser

uma pedra que aguarda um futuro glorioso. A cidade restaurada apenas recorda a nova Jerusalém: «de Sião, cheia de beleza, Deus refulgia, o nosso Deus vem e não se calará» (Sl 49, 2-3). Para Jerusalém afluirão todas as riquezas das nações (cfr. Sl 59, 5) e nela se reunirão todos os filhos dispersos (Tob 13,12).

Nesta fase do culto, os piedosos judeus sobem a Jerusalém para celebrar uma acção de graças pelos bens recebidos (Sl 39, 9-11; 68, 31-34). A peregrinação a Jerusalém constitui uma pequena etapa da caminhada nesta vida. No final do ofício litúrgico, cada um volta a sua casa cantarolando: «Vós sois o meu Deus: eu Vos darei graças... eu Vos axaltarei» (Sl 117, 28). A acção de graças é o sacrifício agradável a Deus que se deve prolongar ao longo da vida: «cantarei ao Senhor enquanto viver, entoarei hinos a Deus enquanto existir» (Sl 103, 33; cfr. Sl 145, 2).

Jerusalém e o Templo deixam de ser o centro de unidade do povo, que passa a estar unido pela comum esperança, fundada na obediência a uma mesma Lei. O Templo vai cedendo lugar à Sinagoga, que adopta a liturgia do Templo, onde os Salmos ocupam um lugar de relevo.

A passagem do Templo para a Sinagoga marcou decisivamente o futuro do Saltério. Enquanto que no Templo os Salmos eram acompanhados com a dança, o baloiçar e as lamentações, na Sinagoga tomam a forma de simples recitação coral, dando origem à divisão binária dos versículos e suprimindo-se o ritmo ternário e quartenário. Mais tarde, o texto massorético, ignorando o ritmo primitivo do texto, assumiu os usos da época e imprimiu novo rumo aos salmos segundo o uso litúrgico da época. As adaptações verificaram-se também no canto antifonado, como era uso na Sinagoga, com o aparecimento de refrões e antifonas tiradas do próprio Salmo (cfr. Sl 51, 2-3.6-7; 66, 7.4; 79, 4.8.20). Outras adaptações textuais dizem respeito ao contexto sócio-cultural que foi modificando o texto. As interpretações e releituras também modificaram palavras. Quando os LXX traduziram a Bíblia para grego, já o texto hebraico se havia fixado e libertado das adaptações e modificações do seu tempo.

2 — OS SALMOS NA LITURGIA DE CRISTO

Pelo lugar que os Salmos ocupavam na vida cultural de Israel podemos concluir o uso que Cristo teria feito deles. Juntamente

com o «Shema Israel» (cfr. Deut 6, 4-9), os Salmos ocupam um lugar importante na oração de Israel. É no Saltério que o judaísmo do tempo de Jesus alimentava a sua piedade, como se pode verificar pelas fontes sálmicas do Magnificat de Maria e do Benedictus de Zacarias.

Os Salmos são a expressão orante do sacerdócio de Jesus Cristo, entre os homens e à direita do Pai. Consciente da sua missão de enviado do Pai, Cristo procurou dar cumprimento com a sua vida ao texto dos Salmos. Assumiu-os e rezou-os, fazendo-os definitivamente seus. Os exegetas chegam mesmo a afirmar e justificam a influência dos Salmos na narração da Paixão de Jesus. O livro dos Salmos canta maravilhosamente e em pormenor o exercício da obra da redenção.

A Carta aos Hebreus coloca na boca de Jesus um salmo que canta o mistério da Encarnação como o culto agradável a Deus: «Ao entrar no mundo, (Cristo) disse ao Pai: não Vos agradaram sacrifícios nem oblações, mas abristes-me os ouvidos; não pedistes holocaustos nem expiações, então clamei: Aqui estou. De Mim está escrito no livro da lei que faça a vossa vontade. Assim o quero, ó meu Deus, a vossa lei está no meu coração» (Heb 10, 5-7; Sl 38, 7-9).

A liturgia de Cristo na Cruz utiliza Salmos que proclamam o sacerdócio eterno e o sacrifício definitivo da nova Aliança no Sangue de Cristo, que assume a humanidade na sua totalidade: «Meu Deus, Meu Deus, porque me abandonaste? Como estais longe da minha oração... Eu sou um verme e não um homem» (Sl 21, 2. 7).

Sabemos por Mateus, Marcos e João que Cristo rezou o Salmo 21 na Cruz (cfr. 27, 46; Mc 15, 34; Jo 19, 28). Lucas coloca na boca de Jesus um salmo como últimas palavras na Paixão: «Em vossas mãos entrego o meu espírito» (Lc 23, 46 e Sl 30, 6). A familiaridade de Jesus com os Salmos é evidente no recurso que ele faz deles na sua vida, quer na oração, quer na pregação e discussão. Aquele que assumira a humanidade que criara, assumiu também a oração que ensinara à humanidade. E o Espírito que a inspirou, antes da Encarnação, realiza-a agora no Verbo encarnado. Deus Pai reconhece-Se no homem Jesus, graças à acção do Espírito Santo que realiza a união e a comunica aos homens.

Realizada a obra da redenção, Cristo sentou-Se para sempre à direita de Deus, como canta a profecia do Salmo 109. A relação de Jesus com os Salmos não é ocasional, mas a profecia e o programa do seu ministério: «Tudo o que vos disse a Meu respeito, quando andávamos juntos, estava escrito na lei de Moisés, nos profetas e nos Salmos e tinha de se cumprir» (Lc 24, 44).

3 — OS SALMOS NA ORAÇÃO DA IGREJA

O uso que a Igreja faz dos Salmos foi herdado da oração judaica. A Igreja reza os salmos antes de ser dada à luz, quando era gerada no Templo e na Sinagoga. Antes de nascer, a Igreja já rezava os salmos nas pessoas de Maria, Jesus e os discípulo. A influência dos salmos nos escritos do Novo Testamento são prova suficiente do bom lugar que eles ocupavam na oração da Igreja nascente, juntamente com a lei e os profetas, que revelavam a obra da redenção (cfr. Lc 24, 44).

A oração própria e exclusiva dos primeiros cristãos era a Eucaristia celebrada em suas casas. Todas as outras orações no Templo ou na Sinagoga eram feitas em comum com os judeus. O cristianismo era considerado uma seita judaica que frequentava o Templo e a Sinagoga. Com a destruição do Templo, a Sinagoga passou a ser o centro cultural, mas as divergências doutrinárias a respeito da lei, a fé em Cristo-Messias e a introdução duma maldição contra os cristãos na liturgia da Sinagoga, por volta do ano 90, obrigaram os cristãos a abandonar o culto judaico. Segundo Eusébio de Cesareia, a separação já era total no ano 135. Ao abandonarem o culto sinagoga, onde os cristãos rezavam os Salmos, ter-se-ão dedicado mais a uma oração onde prevaleciam os florescentes hinos cristãos, de que já temos exemplos nos escritos do Novo Testamento.

Por volta do ano 200 os hinos cristãos começam a perder a importância que tinham na liturgia, devido aos abusos dos gnósticos, que se serviam de hinos para divulgar as suas ideias heréticas através do canto. Para substituir os hinos, a Igreja recorre aos Salmos que sempre fizeram parte da sua oração, mas a partir de agora de uma forma quase exclusiva. Eram usados em forma responsorial em que o cantor modulava o texto e a assembleia respondia com refrões extraídos dos Salmos.

Por necessidade de textos para a oração e por motivos apolo-

géticos o saltério adquire para a Igreja uma decisiva importância, como descreve Santo Ambrósio:

*«O LIVRO DOS SALMOS
é medicina geral da salvação humana.
Quem os lê,
encontra sempre um remédio especial
para curar as suas feridas.*

*Que há de mais agradável que um salmo?
O salmo é a bênção do povo,
o louvor de Deus,
o hino dos fiéis,
o aplauso da assembleia,
a palavra da multidão,
a voz da Igreja,
a exultante confissão da fé,
a expressão da autêntica piedade,
a alegria da liberdade,
o clamor do júbilo e
a exultação da alegria.*
*Ao nascer do dia exulta o salmo;
ao cair da noite ressoa o salmo.*

*No salmo disputam entre si a doutrina e a graça;
canta-se com gosto e
aprende-se com proveito.*

*Que é o salmo
senão aquele órgão das virtudes
com que o venerável Profeta,
ao ritmo inspirado pelo Espírito Santo,
fez ressoar na terra
a beleza da harmonia celeste?»*

S. AMBRÓSIO, *Sobre os Salmos* I, 7.9.10.11

(Continua)

FR. PEDRO FERREIRA, OCD

A propósito do antigo caminho de Peregrinação Português

Em rigor, as comunicações eram deficientes e numerosas as incomodidades para o peregrino, dotado, ainda assim, de uma capacidade de mobilização e de deslocação que hoje se nos afigura como extraordinária. Na sua ânsia de alargar os horizontes da rotina quotidiana, buscou por vezes caminhos mais descongestionados que se apresentavam como alternativa às vias principais e mais directas, caminhos que lhe permitiam contactar com devoções de carácter local e venerar as respectivas relíquias. Foi o que ocorreu com as romarias interiores que procuravam cumprir certas promessas segundo preferências divulgadas ao nível regional, como é o caso do culto dos Santos Acisclo, Doroteia, Eulália, Pelágio, Tirso e Cucufate, além do próprio Frutuoso. Este facto não passou despercebido ao arcebispo compostelano Diego Gelmírez que, realizando uma visita canónica à diocese de Braga, cometerá o conhecido pio latrocínio de apropriar-se dos despojos de Frutuoso, Cucufate, Susana, Silvestre, etc.. Que razões o moveram a tal? É bem possível que respondesse a um desejo de arrancar uma tradição muito arreigada em todo o Noroeste, a veneração a São Frutuoso, e desviar a rota de antigas vias peregrinatórias com o objectivo de centralizá-las e hierarquizá-las em Compostela. Assim, ao depositar as relíquias deste próximo das do Apóstolo e ao promover a celebração de grandes solenidades por motivo da sua festa a partir de então, potenciaria os aliciantes do peregrino — principalmente do português — para esta cidade que o prelado almejou converter em ecuménica e verdadeira cabeça da cristandade ocidental. Por outro lado, Gelmírez, que sempre lutou acesamente

pela transição da metrópole eclesiástica de Braga para Compostela, não ignorava também que em muitas localidades da Galiza se mantinha o costume de ir em romagem a São Salvador de Montélios e que a sua atitude contribuiria eficazmente para aumentar o prestígio religioso da própria sede face aos demais centros de peregrinação do Noroeste. Há que salientar, ainda, na senda do que escreveu Ramón Otero Pedrayo, que o despojamento das igrejas da diocese lusa diminuía consequentemente o interesse do caminho de Braga e realçava a glória de Compostela e da sua colecção de relíquias.

Não obstante ser conhecido o facto de que, na época que consideramos, a maior parte do povoamento nortenho se encontrava disperso, as artérias viárias que cruzavam as cadeias montanhosas e os grandes vales (como os dos rios Tâmega, Cávado e Lima) dispunham-se sobre uma área relativamente habitada e com quadros sociais estabelecidos desde muito cedo, especialmente na zona que hoje corresponde ao distrito de Braga (com uma densidade de 2,5 paróquias por cada dez quilómetros), ao longo do rio Douro, em torno de Chaves e na região de Coimbra. Os núcleos mais relevantes são Braga (cuja diocese se reorganizaria depois de 1070), Coimbra (restabelecida depois de 1080), Porto (depois de 1112) e Guimarães, residência temporal dos condes de Portugal e posteriormente dos monarcas, tal como a cidade do Mondego e Chaves. Todos eles constituíam centros urbanos com uma vida económico-social mais ou menos estabilizada e desenvolvida e encerrados em poderosos recintos amuralhados que datam pelo menos dos inícios da Reconquista.

À medida que o caminho português se vai formando, várias causas de tipo conjuntural facilitarão o incremento de contactos do país não só com a vizinha Galiza, mas também com os novos modos de vida da Europa do Românico, apesar das rígidas estruturas sociais que caracterizavam o Portugal de então. Por isto mesmo não podemos deixar de aludir ao paulatino reordenar a sua vida religiosa e à submissão às disciplinas canónicas romanas. Factos que provocaram confrontos, mormente por parte daquelas casas religiosas, ligadas a velhas famílias de origem condal, cujos abades procuraram defender as suas orientações de um monaquismo mais autóctone. A adopção a que aludimos supunha o re-

conhecimento da autoridade da Santa Sé, desde que no Concílio de Burgos, em 1080, se abraçou oficialmente a liturgia romana e se introduziram usos monásticos de tipo cluniacense nas comunidades que, até aí, tinham seguido particularismos vetustos. Neste sentido, os grandes responsáveis da divulgação do chamado «programa gregoriano» em Portugal serão os monges de Cluny. Entre os que contribuíram para a aceitação e rápida propagação do movimento litúrgico e observância monástica estrangeiros sobressaem aquelas famílias da nobreza local que ascendem social e politicamente: os infanções. É assim que três destas famílias com forte presença na diocese do Porto vão apoiar a breve trecho a aplicação das novas práticas nos mosteiros de Paço de Sousa, Pendurada e Santo Tirso, os mais importantes da referida circunscrição eclesiástica.

José Mattoso salientou que não era fácil precisar o momento da afirmação da ordem cluniacense em Portugal e o início da sua missão ecuménica, considerando que durante o episcopado de Pedro de Braga (c. 1085) começariam a chegar os primeiros propagadores da liturgia romana e dos costumes cluniacenses. Mas há que destacar especialmente o labor dos gregorianos convictos, apoiados por vezes pelos próprios governantes, visto não dispor, segundo dizem, de eclesiásticos letrados devido aos efeitos da absorvente guerra da Reconquista. Referimo-nos aos prelados franceses ou de formação francesa que vão substituir, em numerosos casos, o clero indígena nos cargos elevados, mormente à frente das sedes episcopais: São Geraldo em Braga, Maurício Brudino e Bernardo em Coimbra, Hugo — antigo cónego compostelano de origem francesa — no Porto. Do mesmo modo, entre 1081 e 1090 os mosteiros de Lorvão, Arouca, Vacariça e São Romão de Neiva acolhem as novas observâncias de vida em comunidade. Não obstante o que escrevemos, deve salientar-se que os cluniacenses, muito relacionados com as cortes europeias, dispuseram aqui de um poder bastante mais reduzido do que em Espanha, ao contrário dos cistercienses. Ainda que o seu impacto seja uma realidade, parece que não existiram na terra lusa congregação de tipo pleno de Cluny e que apenas três institutos estiveram submetidos à sua autoridade: São Pedro de Rates, doado por D. Henrique à Charité-sur-Loire em 1100, Santa Justa de Coimbra, doada à mesma casa em 1102, e Vimieiro, doado a Cluny por D. Teresa.

À margem da acção desta ordem cujos monges foram generosamente acolhidos por Henrique de Borgonha, outros elementos concorreram para o aumento de relações com a Europa românica, entre os quais ressaltaremos: os emigrantes francos, que não chegaram a representar um contingente avultado; o reforço dos diversos cavaleiros de mesma origem que acompanharam D. Henrique; e o próprio conde, irmão dos duques da Borgonha, no qual Barrilero Ruas viu um dos representantes mais activos do espírito europeu de seu tempo. Aderente à reforma gregoriana, foi apoiado nas suas aspirações ao poder pelo poderoso delegado da ordem cluniacense em Espanha.

(Continua)

MANUEL NÚÑEZ RODRÍGUEZ
JOSÉ ANTÓNIO FALCÃO

I Encontro Nacional dos Professores de Liturgia

Efectuou-se no Santuário de Fátima, no dia 19 de Junho, o I Encontro Nacional de Professores de Liturgia.

A iniciativa pertenceu à Comissão Episcopal de Liturgia, e estiveram representados, além do Secretariado Nacional de Liturgia, a Universidade Católica, o Instituto Teológico de Coimbra e os Seminários Maiores de Braga, Lamego, Leiria-Fátima e Viseu.

Presidiu D. Albino Cleto em nome da CEL e, depois de uma análise comparativa dos conteúdos, tempos lectivos e compêndios seguidos ou recomendados, fez-se uma reflexão sobre a situação desta cadeira no conjunto do programa adoptado pelos referidos centros escolares e sobre as normas da Sé Apostólica.

Verificou-se, em conclusão, que havia uma inegável e generalizada desconexão entre a teoria e a prática litúrgica nestes centros, entre o que se ensina nas aulas e o que se pratica na catedral e noutras igrejas diocesanas.

Reconheceu-se, por último, que era desejável e urgente uma melhor sintonia entre o ensino da Liturgia, a actuação das Comissões diocesanas e a prática na catedral e nas paróquias, designadamente naquelas em que os teólogos fazem o seu estágio pastoral.

Encontro ampliado de Liturgia no Brasil

A convite da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (conhecida pelas iniciais de CNBB), mais concretamente da sua Linha 4—Dimensão Litúrgica—pude participar, de 13 a 17 de Julho, no Encontro Ampliado de Liturgia, que se efectuou em São Paulo.

Qualquer reunião que se faça a nível nacional no Brasil reveste-se de características especiais, porque tem de contar, antes de mais, com a dimensão geográfica do País irmão. Efectivamente, o Brasil tem de superfície mais de oito milhões e meio de quilómetros quadrados, é o país latino-americano mais extenso e um dos cinco maiores do mundo. Quando se fala em reunião nacional no Brasil, deve entender-se, na nossa escala, como uma reunião a nível europeu.

Numa extensão destas, impõe-se a descentralização em todos os sectores. A Igreja, além dos órgãos da Presidência, da Comissão Episcopal de Pastoral, do Conselho Permanente e da Comissão Episcopal de Doutrina, dispõe de 14 Secretariados Regionais e de vários organismos subsidiários e anexos.

Foi pois a Linha 4 (Litúrgica) que organizou o Encontro Ampliado de Liturgia em que tive a honra e a graça de participar.

Este encontro, porque era nacional, teve representantes dos 14 Regionais, com o Bispo respectivo de cada Secretariado Regional à frente, e contou com cerca de oitenta participantes.

Tinha por objectivo avaliar a caminhada dos 25 anos da Constituição sobre a Liturgia e dar novo impulso à pastoral litúrgica no Brasil.

Abertura

No salão do Colégio São Bento, em São Paulo, às 20.00 horas do dia 13 de Julho, sob a presidência do Cardeal D. Paulo Evaristo

Arns, arcebispo de São Paulo, foi aberto o encontro ampliado de liturgia, promovido pela linha 4 da CNBB.

Foram convidados para compor a mesa o Abade D. Joaquim de A. Zamti, D. Clemente Isnard, responsável pela Linha 4 da CNBB, D. Geraldo Majella Agnelo, ex-responsável pela Linha 4 e idealizador do Encontro.

Na oportunidade D. Paulo Evaristo Arns deu as boas vindas a todos e fez algumas considerações sobre:

— O vigor da liturgia dos primeiros tempos do cristianismo.

— Não se faz liturgia sem conhecer em profundidade a patristica; não se faz teologia da libertação sem um profundo estudo da patristica.

— Por que não poderíamos oferecer hoje esse rico material aos leigos?

— Referindo-se ao Sínodo dos Bispos sobre Leigos, notificou que 90 % dos países do 1.º mundo mandaram as suas sugestões para o Sínodo, enquanto somente 30 % dos países do 3.º mundo se manifestaram sobre o assunto.

O 3.º mundo está a omitir-se e depois não poderá queixar-se.

— Vivemos num tempo em que temos de acordar a liturgia do nosso povo.

Estudar para que tenhamos equipas que animem a liturgia, equipas difíceis de serem sustentadas hoje.

— Não esquecer o Mistério Pascal de Cristo, fundamento da liturgia.

D. Geraldo fez um relato sintético das actividades da sua gestão como responsável da Linha 4 e de como surgiu a iniciativa da realização deste Encontro Ampliado.

Antes de passar a palavra a D. Clemente, convidou os presentes a invocar o Espírito Santo.

D. Clemente Isnard apresentou as grandes propostas da Sacrosanctum Concilium e a caminhada dos 25 anos.

PRIMEIRO DIA

No dia 14 de Julho, transferidos já, na sede do encontro, para a casa das Irmãs de Jesus Crucificado — em Capão Redondo, nos arredores de São Paulo — os participantes do Encontro Ampliado iniciaram o primeiro dia de trabalho com a oração de louvor matinal.

D. Clemente Isnard abriu os trabalhos e passou a coordenação a Frei Alberto Beckauser que fez a apresentação dos partici-

pantes, expôs a dinâmica do encontro e organizou a parte prática (horário, equipas, etc.).

A exposição dos relatórios dos 14 regionais ocupou a manhã e parte da tarde.

O Pe. João Luís Mõrgano apresentou — na parte da tarde — uma «síntese dos desafios da caminhada dos 25 anos da Liturgia pós-conciliar».

Frei Alberto, em seguida, expôs o Programa da Linha 4, e Frei Joel Postma completou a exposição com informações sobre o trabalho ligado ao canto e à música sacra.

Às 17,45 horas houve celebração eucarística presidida por D. Manoel Pereira Costa.

Às 20,30 horas, continuou o trabalho do dia com a apresentação da Síntese dos relatórios dos Regionais. Sobre esta síntese, os presentes — subdivididos em grupos — indicaram os temas prioritários para o estudo do dia seguintes.

No plenário foram escolhidos para estudo os seguintes temas:

- A celebração do Mistério Pascal de Cristo na vida do povo.
- Os ministérios da assembleia litúrgica — Presidência ordenada e leiga.
- A formação litúrgica: suas estratégias e instrumental.
- A inculturação litúrgica: religiosidade popular, símbolos, linguagem.
- Os folhetos litúrgicos.

Foram sugeridos também outros temas, como, por exemplo: A integração da liturgia nas demais pastorais; Os Temáticos; Música e canto na liturgia; Meios de Comunicação de Massa e liturgia; A valorização da dimensão celebrativa em todas as pastorais; Bíblia e liturgia; Catequese e liturgia...

Foi sugerida e votada a dinâmica do trabalho.

A seguir os participantes se dividiram por interesse nos cinco temas escolhidos que debateram e aprofundaram.

O relator do grupo colocará as conclusões no Plenário, completará o estudo e o enriquecerá.

SEGUNDO DIA

O dia começou com a Oração da manhã seguida pelos avisos referentes à organização dos trabalhos do dia.

Os participantes, divididos em cinco grupos, trabalharam a manhã toda os cinco temas escolhidos no dia anterior.

Na parte da tarde começou a apresentação dos relatórios dos grupos que estudaram os temas escolhidos e emergentes dos relatórios dos Regionais do primeiro dia.

D. Paulo Lopes Faria e o Pe. Gilson Camargo apresentaram os resultados das reflexões do grupo que estudou o tema: A celebração do mistério pascal de Cristo e a vida do povo.

Na segunda parte da tarde o Pe. Antônio José de Almeida, relator do grupo que estudou o tema: Ministérios na assembleia-Presidência ordenada e leiga, apresentou o resultado dos trabalhos.

À noite os trabalhos prosseguiram com a apresentação dos resultados do trabalho feito pelo grupo que estudou o tema: Formação litúrgica, estratégias e instrumental, relatados por Frei Ariovaldo da Silva.

TERCEIRO DIA

Após a Oração da manhã, presidida por D. Emílio Pignoff, foi colocado no plenário o resultado dos trabalhos do grupo que estudou o quarto tema: «Piedade e Religiosidade popular — Adaptação e Inculturação». Foi relator o Pe. Maucyr Gibin.

Finalmente, na segunda parte da manhã, o Côn. Daria Bevilacqua apresentou os resultados do trabalho do grupo que estudou o tema dos «Folhetos litúrgicos».

Na parte da tarde, após a oração da liturgia das Horas, o Côn. Amaro Cavalcanti de Albuquerque apresentou uma comunicação, seguida de debate, sobre o tema: Música sacra e liturgia.

Na segunda parte da tarde os grupos que, na manhã do segundo dia, estudaram os cinco temas fundamentais, voltaram a reunir-se para redigir e completar os seus relatórios.

À noite houve, por parte da Coordenação, a apresentação da proposta do Ano Intensivo de Animação Litúrgica.

Objectivo: Novo impulso à vida litúrgica no Brasil.

Metas: Formação de agentes de pastoral litúrgica.

Continuar e consolidar as comissões litúrgicas e de celebração, a nível regional, diocesano e paroquial.

Motivar uma segunda etapa na renovação litúrgica, na linha da Adaptação e da Inculturação.

Estudar as introduções aos rituais.

Favorecer a renovação litúrgica do clero.

Meios: Propor a liturgia como tema da Assembleia dos Bispos.

Realizar assembleias regionais, diocesanas e paroquiais.

Reciclagem dos ministros ordenados.

Reunião alargada de liturgia (que estava a ser realizada).

Divididos em cinco grupos, os participantes estudaram a programação, dinâmica e cronograma do Ano Intensivo.

QUARTO DIA

Após a Oração da manhã, na capela, foram retomados os trabalhos.

Os relatores dos cinco grupos que, na noite de ontem estudaram a programação do Ano Intensivo de Animação Litúrgica, apresentaram as suas conclusões que uma equipa presidida por D. Joel Ivo Catapan resumiu num único documento.

A segunda parte da manhã foi dedicada a comunicações e avisos vários.

A destacar a intervenção de Mons. Aníbal Ramos, que apresentou, em síntese, a religiosidade popular e experiências do trabalho litúrgico em Portugal, onde trabalha como secretário da Comissão Episcopal de Liturgia e como director do Secretariado Nacional.

A celebração da Eucaristia, presidida por D. Clemente Isnard, encerrou o Encontro.

Síntese das Sugestões do Ano Intensivo de Animação Litúrgica

I. A nível Nacional (CNBB)

1.1 Instrumento de trabalho

1.1.1 Material a ser considerado

- a) dados da pesquisa comemorativa publicada no documento da CNBB, n.º 42,
- b) os Resultados do Encontro Ampliado,
- c) as questões levantadas e não abordadas no Encontro ampliado.

1.1.2 Uma equipa irá elaborar o Instrumento de trabalho

1.1.3 Etapas do processo por que deverá passar o Instrumento de Trabalho até chegar a Documento Final:

- 1.^a — Apresentação à Assembleia dos Bispos — 1988;
- 2.^a — Envio às Bases para ser mais debatido e enriquecido;
- 3.^a — A síntese das dioceses e dos regionais a ser enviada à CNBB que se transformará no Texto Base da Assembleia dos Bispos de 1989.

1.2 Publicações

- a) Publicação da SC com notas explicativas,
- b) Publicação da SC em linguagem popular,
- c) Outros documentos litúrgicos afins.

1.3 Encontro nacional do clero

Que o encontro nacional do clero seja oportunidade privilegiada para motivar os Presbíteros na promoção do Ano Jubilar.

II. A nível Regional e Diocesano

2.1 O Bispo responsável da liturgia no seu respectivo Regional incentive as dioceses a mobilizarem-se:

- Na organização, dinamização e consolidação de Comissões diocesanas e regional de liturgia;
- Incentive e promova a participação, a todos os níveis, nas iniciativas do ano jubilar;
- Estimule as iniciativas visando a melhor formação do clero, seminaristas, religiosos(as) e agentes de pastoral, através de: Assembleias diocesanas, encontros, retiros, cursos, semanas e simpósios de liturgia;
- Cuide da integração da liturgia com todas as outras pastorais (que esteja presente ou figure a dimensão celebrativa da respectiva pastoral).

III. Seminários, Institutos e Casas de Formação

3.1 Do Instituto de Liturgia em São Paulo

Seja apoiado na sua organização e nas suas iniciativas de estudo, pesquisa e formação litúrgica, quer mediante professores capacitados, quer mediante cursistas.

3.2 Dos Professores de liturgia, teólogos e pastoralistas

Professores de teologia, sobretudo liturgistas, apontem e explicitem os fundamentos bíblicos-teológicos da liturgia.

Os teólogos, professores de liturgia e pastoralistas dêem especial atenção às questões referentes às adaptações, inculturação da liturgia, em conformidade com a índole e os valores culturais do povo brasileiro apontando princípios e critérios.

3.3 Dos seminários, institutos e casas de formação

- a) Em sintonia e entendimento com a OSIB e CRB revejam e aperfeiçoem o seu programa de formação litúrgica.
- b) Por ocasião do ano jubilar, promovam semanas, encontros, simpósios, etc., abordando os temas que preocupam a liturgia, hoje, valorizando o estágio pastoral e até mesmo incentivando os formandos(as) a participarem nas pesquisas e animação litúrgica.

IV. Meios de Comunicação Social

Para que todo o povo de Deus seja movimentado a participar deste Ano Jubilar, sejam utilizados os MCS (MM) especialmente: Periódicos da Igreja (jornais, revistas...), Emissoras, Folhetos litúrgicos e Boletins.

V. Data de Abertura

Assembleia dos Bispos de 1988.

Encerramento: Assembleia dos Bispos de 1989.

VI. NOTAS:

Marcar com os Bispos uma celebração que envolva o Brasil, as dioceses e as paróquias.

A Religiosidade Popular nos Documentos do Magistério

A PIEDADE POPULAR É UM VERDADEIRO TESOURO

Sim, a piedade popular é um verdadeiro tesouro do *Povo de Deus*. É uma demonstração contínua da presença activa do Espírito Santo na Igreja. É Ele que inflama nos corações a fé, a esperança e o amor, virtudes excelsas que dão valor à piedade cristã. É o mesmo Espírito que enobrece tantas e tão variadas formas de expressar a mensagem cristã, de acordo com a cultura e os costumes próprios de cada lugar em todos os tempos.

Com efeito, esses mesmos costumes religiosos, transmitidos de geração em geração, são verdadeiras lições de vida cristã: desde as orações pessoais ou de família, que aprendestes directamente dos vossos pais, até às peregrinações que convocam multidões de fiéis nas grandes festas dos vossos santuários.

Por isso é muito digna de elogio a firme vontade dos Bispos do Chile, de fomentar todos os valores da religiosidade conservados pelo povo. Por minha parte, quero repetir diante de vós o que lhes disse em Roma, por ocasião da sua última visita «ad limina»: «É, pois, necessário valorizar plenamente a piedade popular, purificá-la de indevidas incrustações do passado e fazê-la inteiramente actual. Isto significa evangelizá-la, ou seja, enriquecê-la de conteúdos salvíficos, portadores do mistério de Cristo e do Evangelho» (19 de Outubro de 1984, n. 4).

Todas as devoções populares genuinamente cristãs devem ser fiéis à mensagem de Cristo e aos ensinamentos da Igreja. Por isso haveis de compreender quão bom seja que os vossos Pastores, no cumprimento da missão que lhes foi confiada pelo Senhor, vos ajudem a corrigir determinadas práticas ou crenças, quando for

necessário, para que neles nada haja de contrário à recta doutrina evangélica. Seguindo com docilidade as suas indicações, agradais muito ao Senhor e à Virgem, pois quem ouve os Pastores da Igreja, ouve o mesmo Senhor que os enviou (cf. *Lc.* 10, 16).

JOÃO PAULO II em Serena. (Chile):

Celebração da Palavra sobre religiosidade popular (5-4-1986)

RELIGIOSIDADE POPULAR E PIEDADE LITÚRGICA

A piedade popular deve conduzir-nos sempre à piedade litúrgica, isto é, a uma participação consciente e activa na oração comum da Igreja. Consta-me que, como ponto culminante das vossas peregrinações, procurais receber como fruto o sacramento da penitência, mediante uma sincera confissão dos vossos pecados ao sacerdote, que os perdoa em nome de Deus e da Igreja. Depois assistis à Santa Missa e recebeis a comunhão, participando assim desse grande mistério de fé e de amor, o Sacrifício de Cristo, que se renova por nós no altar.

Estas celebrações da Igreja, para as quais deve orientar-se docemente a religiosidade popular, são sem dúvida alguma momentos de graça. Nelas, notastes com certeza como vibra o vosso coração, a par e passo com os nobres sentimentos que a vossa oração e a vossa vida elevam a Deus. Que esses momentos de conversão profunda e de encontro jubiloso na Igreja sejam cada vez mais frequentes, de modo especial para celebrar os sacramentos. As festas dos padroeiros de cada lugar, os tempos de missão, as peregrinações aos santuários, são como convites que o Senhor dirige a toda a comunidade — e a cada um —, para progredir no caminho da salvação.

Não espereis, porém, que cheguem essas grandes festividades: ide à Missa dominical, santificando assim o dia do Senhor, dedicado ao culto divino, ao legítimo descanso e à vida de família mais intensa. Que em nenhuma das vossas jornadas falem momentos de oração pessoal ou familiar dentro dessa igreja doméstica que é o próprio lar, para que toda a vossa existência se veja como que inundada pela luz e a graça de Deus.

JOÃO PAULO II em Serena. (Chile):

Celebração da Palavra sobre religiosidade popular (5-4-1986)

MARIA E PIEDADE CRISTÃ POPULAR

Entre os muitos sinais indicativos da piedade cristã, a *devoção à Virgem Maria* ocupa um lugar de grande destaque, correspondente à sua condição de ser mãe de Deus e nossa Mãe. Assim como aquela mulher do Evangelho lançou um brado de admiração e felicitação a Jesus e à sua Mãe, assim também vós, no vosso afecto e na vossa devoção, estais acostumados a *unir sempre Maria a Jesus*. Compreendeis que a Virgem nos conduz ao seu divino Filho, e que Ele escuta sempre as súplicas que Lhe dirige a sua Mãe. Esta união imperecedoura da Virgem Maria com o seu Filho, é o sinal mais confidencial e fidedigno da sua missão materna, tal como no-lo demonstram as palavras dirigidas em Caná: «Fazei o que Ele vos disser». (Jo 2, 5). Maria exorta-nos sempre a que sejamos fiéis ao Evangelho, como ela o foi, pois a sua vida é um testemunho de fidelidade à palavra e à vontade do Pai.

Percebeis como a devoção à Virgem Maria é uma característica essencial da fé e da piedade cristã? É, pois, natural que *esta devoção se enraíze na alma deste país* e que, por isso mesmo, invoqueis a Maria com expressões de piedade e de confiança filial porque, além, disso, brotam dos filhos predilectos, aos quais Deus destinou o reino dos Céus (cf. Mt. 5, 3).

A Virgem ensina-nos com o seu exemplo a depositar no Senhor a nossa confiança de filhos, mediante o louvor e a acção de graças.

JOÃO PAULO II em Serena. (Chile):

Celebração da Palavra sobre religiosidade popular (5-4-1986)

EVANGELIZAÇÃO E RELIGIOSIDADE POPULAR

Julgamos particularmente indicados para esta evangelização: as missões populares, que despertem as consciências adormecidas e ao mesmo tempo estruturem as comunidades, lançando as bases para a acção pastoral; e as *sãs manifestações de religiosidade popular*, aproveitando a abertura espiritual das populações, nos momentos de festa ou de provação, para lhes fazer chegar o anúncio do Evangelho.

Conferência Episcopal Portuguesa, *Carta Pastoral* (1984) n. 25 (cf. n. 20, 28).